

alicerce



da juventude socialista

Nº 42

DE 17/02/84 a 24/02/84

Cr\$ 200,00

Greve Geral em abril pelas diretas

esta proposta ganha
adesões em todo o país

MWM
A greve
contra o
desemprego



metalúrgicos de
S. José dos Campos
**Vitória
da
Oposição**

Chega de filas, superlotação e demoras. Estatização dos transportes.

Em resposta a uma nota do sindicato dos patrões das companhias de ônibus, que ameaçaram reduzir a frota em operação, a partir de 14/2, se não houvesse um novo reajuste das passagens, o prefeito de São Paulo, Mário Covas, resolveu intervir nas companhias para impedir a concretização da ameaça. Assim, do dia 11 ao dia 14, doze companhias foram colocadas sob intervenção, podendo a medida se estender a todas as 38 empresas do setor.

A decisão de Covas pegou de surpresa os empresários do setor, pois, nos 36 anos de existência da CMTC (a companhia municipal de transportes), esta jamais tomou esse tipo de medida, apesar de estar prevista nos contratos assinados com as empresas. Mesmo assim, o sindicato dos patrões resolveu manter a ameaça de reduzir a frota, despedir empregados e forçar o aumento das passagens.

Os empresários cujas companhias sofreram intervenção tomaram as atitudes mais agressivas — pelo menos nas declarações — a ponto de um deles afirmar que a intervenção significava a cubanização do Brasil!

Apesar da grita dos patrões, a intervenção obteve ampla simpatia popular e a maioria dos vereadores apoiou a ação. Mas é importante entendermos por que o prefeito tomou essa medida e com que objetivo, e saber se ela é suficiente para os trabalhadores.

Os governos "de oposição" encostados à parede

Os governos "de oposição" se encontram entre a cruz e a espada. A crise econômica tem levado a população a cobrar desses governos as suas promessas eleitorais; e eles, na medida em que não as cumprem, sentem a reação negativa da população contra eles, debilitando-os e enfraquecendo-os. (Lembrem as vaias que Montoro levou no ato pelas diretas de 25/1.)

A campanha pelas eleições diretas

dá a dimensão dessa contradição. Enquanto a adesão à companhia aumenta, em ritmo acelerado, os governos "de oposição" lutam para conter a mobilização, pois percebem que esta acabará por também atingi-los duramente.

A solução do problema dos aumentos das passagens foi uma das promessas feitas por esses governadores durante as campanhas eleitorais, e hoje a população a cobra com vigor. Em São Paulo, as reações ao último aumento (que fez com que as tarifas dos ônibus sofressem uma elevação de 300% no ano passado) encontraram vazão nas depredações de inúmeros ônibus e trens, em protestos que apontam também contra os seus constantes atrasos.

É fácil perceber que a situação é explosiva. Foi assim que Hanashiro, secretário municipal de Transportes, justificou a ação do prefeito, afirmando que "um aumento agora, antes da negociação normal em maio, seria extremamente desastroso em termos de reação popular, uma vez que os usuários ainda não se esqueceram do último e brutal aumento em dezembro, da ordem de 50%." (Folha de São Paulo, 14/2)

Portanto, Covas agiu pela pressão dos trabalhadores. Foi obrigado a tomar uma atitude que pudesse encontrar simpatia popular. Se concedesse o aumento, deveria proceder como Mestrinho, governador do Amazonas, que ao decretar um novo aumento nas tarifas dos ônibus de Manaus teve que apelar para a violenta repressão contra os trabalhadores que se revoltaram diante dessa medida. Sem dúvida, agir dessa forma deixaria a vida de Covas mais difícil do que já está.

Na realidade, a atitude do prefeito de forma alguma significa atender aos anseios dos trabalhadores. Isso se comprova pelo fato de que, até agora, apesar de doze companhias de ônibus estarem sob intervenção, a população não percebeu nenhuma mudança na qualidade do atendimento. Continuam as filas, a superlotação e o escasseamento dos ônibus na hora do *rush*, além dos atrasos, "como ocorre todos os dias".

Os lucros das empresas serão devolvidos após a intervenção, descontando-se apenas o custo com o pessoal da CMTC. Em resumo, a CMTC intervém, mas mantém o mesmo esquema das empresas, ou seja, o de obter lucros, sem levar em conta as necessidades dos trabalhadores.

Para os trabalhadores, a intervenção não basta!

É comum, às 18 horas, quando esperamos o ônibus com outras dezenas de trabalhadores, xingarmos a demora e a superlotação. Por quê? O capitalismo tem como pressuposto básico e único a obtenção de lucro, e não o conforto do trabalhador.

Todos nós temos que nos valer dos transportes coletivos para irmos trabalhar. Conseqüentemente, o lucro obtido no setor é enorme. Mas esse lucro se torna maior ainda, na medida em que as companhias procuram explorar ao máximo esse serviço. Por isso, na hora do *rush*, os capitalistas procuram gastar o mínimo possível, colocando poucos ônibus na linha e provocando superlotação.

Após a meia-noite não encontramos mais ônibus nem metrô. Assim, quem quiser ou precisar sair à noite, se arrisca a ter que voltar a pé para casa. E isso porque o lucro de madrugada é menor, pouco importando o que desejamos ou necessitamos fazer no nosso tempo livre.

A coisa não pára por aí. Além de poucos e superlotados, os ônibus são mal conservados, pondo em perigo os passageiros e sobrecarregando o motorista na sua atenção. (Aliás, esses mesmos motoristas são obrigados, por causa dos baixos salários, a realizar horas extras e a "dupla pegada" — 16 horas diretas no volante! — rompendo assim o limite da resistência física.)

Desse modo, não gastando dinheiro para a conservação dos ônibus e abusando da exploração de seus funcionários (não contratando novos motoristas para o revezamento do turno), as companhias de ônibus multiplicam seus lucros.

Por outro lado, com a concessão de linhas para serem exploradas por particulares, os governos federal, estaduais e municipais procuram se eximir do cumprimento do seu papel de garantir o transporte coletivo, a baixo custo, para os trabalhadores. Tanto que no ano passado o Ministério dos Transportes teve o seu orçamento reduzido em 50%. Por quê? Porque o dinheiro foi desviado para pagar a "nossa" dívida externa. (Sem falar no que ficou no orçamento, e está sendo usado na companhia do "ditadorável" Andreazza!)

Nestes dias de violenta crise, os transportes — da mesma forma que a saúde, a alimentação e a educação — se transformam para nós em pesados ônus. Além do tempo que perdemos nas viagens e esperas, do desconforto devido à superlotação e má conservação dos ônibus, do constante perigo de acidentes, temos que pagar o olho da cara por isso!

A nós trabalhadores não interessa, e nem podemos, continuar nessa situação. Nós, trabalhadores socialistas, acreditamos que a intervenção, por si só, não é suficiente. É necessário que as companhias de ônibus (tanto as urbanas como as intermunicipais e interestaduais) sejam estatizadas. Que as passagens tenham preços subsidiados para os trabalhadores e sejam gratuitas para os desempregados. Que as companhias estatizadas sejam controladas pelos trabalhadores.

Neste processo devemos, desde já, como medidas de emergência, exigir o congelamento das tarifas até a estatização e a liberação dos passes gratuitos para os desempregados, conforme as mil promessas feitas nesse sentido por Montoro e Mário Covas.

LIVROS MARXISTAS

Trotsky	Minha Vida	Cr\$ 6.000,00
	História da Revolução Russa	Cr\$ 15.000,00
	Escritos (26 volumes)	Cr\$ 55.000,00
Marx/Engels	Manuscritos Econômicos e Filosóficos	Cr\$ 6.000,00
Rosa Luxemburgo	Obras Escolhidas	Cr\$ 12.000,00

Adquira estes livros através de pedidos à ACS Editora, acompanhados de cheque nominal.

Alicerce é uma publicação da ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048, Liberdade, São Paulo - CEP 01323 - Fone: 289.1663. Diretor Responsável: A. Schreiner. Registrado no 5º Registro de Títulos e Docs. sob o nº 2330, livro A. Composição: Proposta Editorial Ltda. Fone: 263.7400. São Paulo. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorruês.

Encontre e discuta com Alicerce nestes endereços:

Amazonas - Manaus - Av. Constantino Nery, 812 - casa 5 - Centro

Pará
Belém/Vila ABC - R. Rui Barbosa, casa 4
Belém/Marco - Travessa Vileta, 1000

Maranhão
Imperatriz - R. Benedito Leite, 634 - Centro

Piauí - Terezina - R. Símplicio Mendes, 715 - Norte

Pernambuco
Recife I - R. Álvares de Azevedo, 80 (trav. da R. João de Barros)
Recife II - R. 7 de Setembro, edif. Barreiros - apto 602 - 6º andar - Centro

Ceará - Fortaleza - R. Mar. Deodoro, 670 - Vila Ardeira - casa 3 - Benfica

Minas Gerais
Belo Horizonte/Barreiro - R. Hoffman, 5-B (esquina com Olinto Meireles)
Belo Horizonte/Centro - R. Curitiba, 778 - sala 805
Contagem - Av. João César Oliveira, 3041-B - 2º andar

Mato Grosso do Sul - Campo Grande - R. Antônio Maria Coelho, 2031 - casa 5 - Centro

Distrito Federal - Brasília - Edif. Márcia, sala 809 - SCS

Rio de Janeiro
Rio de Janeiro/Centro - Av. Marechal Floriano, 167 - 2º andar
Rio de Janeiro/Méier - R. Joaquim Méier, 600
Rio de Janeiro/Tijuca - R. Pereira Nunes, 129 - casa 1
Niterói - R. XV de Novembro, 106 - sala 4
Volta Redonda - R. 208, nº 207
Duque de Caxias - Av. Plínio Casado, 5 - sala 118 - Centro

Paraná
Curitiba - R. Desembargador Westphalen, 640 - 3º andar, 11A - Centro

Rio Grande do Sul
Porto Alegre - Rua Oswaldo Aranha, 934 - Bonfim

Porto Alegre/Zona Norte - Av. França, 742
Passo Fundo - R. Independência, 640
São Leopoldo - Av. Bento Gonçalves, 1431
Canoas - Av. Getúlio Vargas, 4.449 - Apto 21
Santa Maria - R. Dona Luísa, 570 - subsolo

Santa Catarina

Florianópolis - R. Hermann Blumenau, 55 - porta 2

São Paulo

Araraquara - Av. José Bonifácio, 1665
Campinas - R. Barão de Jaguara, 1385 - Centro
Santos - Av. Afonso Pena, 418 - sala 22 - Macuco
São Carlos - R. Tiradentes, 37 - Centro
São José dos Campos - Av. Dr. Nelson D'Ávila, 1247 - salas 1 e 2
Ribeirão Preto - Rua Prudente de Moraes, 791 - Centro
Sorocaba - R. Sete de Setembro, 277 - sala 2 - Centro
Jundiaí - R. Olavo Guimarães, 75 - sala 3 - V. Arens

Grande São Paulo

Guarulhos - Rua João Gonçalves, 468 - Centro
Osasco - R. D. Primitiva Vianco, 739 - 1º andar - sala 1 - Centro
Mauá - Rua Barão de Mauá, 497 - sala 26
Santo André/Centro - R. Guilherme Marconi, 174 (esq. com a R. Santo André)
Santo André/Parque das Nações - Travessa Tebas, 36
São Bernardo/Piraporinha - Pça Piraporinha, 183 - sala 112
São Bernardo/Rudge Ramos - Av. Vergueiro, 4938 - 2º andar, sala 6
São Caetano - R. Paraíba, 467 - Centro
Diadema - R. N. Sra das Vitórias, 200

São Paulo/Capital

Freguesia do Ó - R. Marapinima, 41
Lapa - R. 12 de Outubro, 325 - sala 9
Liberdade - R. Sta. Madalena, 22
Santo Amaro - R. Cel. Luís Barroso, 240
Ipiranga - R. Cisplatina, 849
Cidade Ademar - Av. Cupecé, 3397 - sala 2
Penha - R. Coronel Meireles, 204
São Mateus - R. Claudio Augusto Fernandes, 190

BH — URGENTE

Grande comício na praça da Rodoviária 24/02

Grande Festa 25/02 — 20 hs.
R. Dois, nº 190

Assine Alicerce

Nome _____
Rua _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Idade _____

Para receber Alicerce todas as semanas, durante seis meses, basta preencher o cupom acima e enviar junto com um cheque nominal ou vale postal no valor de Cr\$ 4.800,00 (normal) ou Cr\$ 8.000,00 (solidária). Envie para a ACS Editora Ltda. R. Maestro Cardim, 1048 — 01323 — S. Paulo - SP.



Andreazza, o preferido do ditador

Nos meses que antecederam ao golpe de 64, que derrubaria o Governo de João Goulart, um Tenente-Coronel percorria as escolas militares, incluindo-se a do Estado Maior, dando palestras e preparando "psicologicamente" os oficiais para a ação que desencadeariam em 1.º de abril. Seu nome: **Mário David Andreazza**. Gaúcho, como a maior parte dos generais golpistas, teve sua recompensa: instalado o Governo Castelo Branco, tornou-se assistente do então Ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva. E, em 65, seria promovido "por merecimento", a Coronel.

Com grande "know-how" em articulação de bastidores, adquirido na sua passagem pelo Serviço Secreto do Estado Maior das Forças Armadas, trabalhou na sucessão de Castelo Branco e Costa e Silva. Por estes serviços prestados ganhou o Ministério dos Transportes em 1967, quando requereu sua passagem à reserva. E neste Ministério ficou até o final do Governo Médici, em 74.

Marca registrada de sua passagem pelo Ministério dos Transportes foi a construção da Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói.

Da Transamazônica, inaugurada há mais de 11 anos, resta a sua participação (US\$ 260 milhões na época) na dívida externa, que está na raiz da nossa fome. A maior parte de seus trechos são intransitáveis e os poucos que merecem a atenção do DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem) continuam sugando por ano, bilhões de cruzeiros do orçamento federal. Parte da estrada, que não é pavimentada, já foi invadida pelas águas represadas em Tucuruí.

Já a Rio-Niterói, chamada a "ponte da Rainha" (foi financiada pela Inglaterra e a inauguração das obras, em 68, contou com a presença da rainha Elizabeth), custou não só um crescimento espantoso da nossa dívida externa (contribuiu com US\$ 300 milhões na época), como centenas e



Fiel ao regime militar inaugurado em 64, esteve sempre no governo (à exceção do período Geisel). Medicista convicto e, logo, representante do setor mais retrógrado da burguesia — o que mais enriqueceu às custas da especulação durante o chamado "milagre" — quer, agora, ser presidente da República pela via indireta. É o preferido de Figueiredo e da quase totalidade da equipe palaciana, por representar a continuidade, em todos os sentidos, do atual regime. Já declarou ser, fervorosamente, contra as diretas, qualificando-as como "um suicídio político".

centenas de vidas humanas. Operários morriam como moscas por falta das mínimas condições de segurança. Os números reais jamais foram divulgados, e tampouco os maiores acidentes, como o que envolveu duas embarcações

de transportes de operários (uma lancha e uma barcaça) que, em junho de 73, se chocaram, levando para o fundo do mar mais de 30 trabalhadores. Tampouco falou-se do assassinato de operários que protestavam contra a falta de segurança da obra.

Corrupção, no passado e no presente

Mas, se os empreendimentos faraônicos do "tocador de obras" Andreazza (na definição do general Golbery do Couto e Silva) trouxeram mais sofrimentos aos trabalhadores brasileiros, para esse próprio sr. representaram uma inimaginável engorda no seu patrimônio. As denúncias de corrupção em torno a Andreazza sempre foram uma constante. Já em 1968, foi acusado por Carlos Lacerda de corrupção (desvio de dinheiro) no Ministério dos Transportes e, em janeiro de 73, foi a vez do deputado gaúcho Porfírio Peixoto (MDB), acusá-lo de estar, juntamente com Eliseu Resende, envolvido em negociações no mercado de seguros, sob o manto da Empresa construtora da Ponte Rio-Niterói e das seguradoras Boa Vista e Aliança Brasileira. Nada foi apurado, evidentemente, mas o fato é que a partir de junho de 74, o vice-presidente da Boa Vista passou a ser o próprio Andreazza.

Após a posse de Figueiredo, por quem trabalhou e de quem é velho amigo, Andreazza voltou ao governo. Agora, no Ministério do Interior. Aí prometeu a construção de milhões de casas populares, mas o que fez, de fato, foi injetar dinheiro no PDS do Nordeste, visando a vitória governista nas eleições de 82. Mais uma vez esteve envolvido em escândalos financeiros. Foi quem autorizou o pagamento de uma dívida de 70 bilhões de cruzeiros da Delfin com o BNH, com terrenos que não valiam mais que 9 bilhões. Nesta jogada, os parceiros foram Ernane Galvêas e Delfim Neto.

O próximo voo do atual ministro do Interior é a presidência da República. É um dos favoritos para a Convenção do PDS, ao lado de Maluf. Se as eleições forem indiretas, fica claro quais são as "alternativas". É o surrado jargão popular: "saltar da frigideira para cair no fogo". A saída só pode ser uma: **eleições livres e diretas para presidente, já!**

O debate no interior do PT

É necessário afirmar a candidatura de Lula e lançar-se na Greve Geral pelas diretas

O debate no interior do PT esquentou. Em S. Paulo, a antiga "articulação dos 113" lançou um documento atacando o projeto político do Diretório Nacional. A "articulação dos 113" é o grupo que dirige o Diretório Estadual, composto por representantes da Igreja, de sindicalistas, dos autonomistas e ex-militantes de organizações de esquerda. Este setor tem no interior do PT tradicionalmente uma posição mais à direita mesmo que o diretório Nacional, e é isto que se verifica neste novo documento dos 113.

Relembremos que o "Projeto Político" do Diretório Nacional (ver matéria em Alicerce nº 40) não acionava o PT para os grandes desafios que o partido tem pela frente este ano. O PT pode, apoiando-se nas lutas atuais pelas diretas, buscar direcionar o movimento para a greve geral, junto com a CUT. Pode dar um passo maior no sentido do avanço das mobilizações e de sua própria construção. Hoje o PT já capitaliza o desgaste dos governos estaduais do PMDB e do PDT. A diferenciação no interior da campanha pelas diretas poderia se dar centralmente pela defesa da greve geral e da apresentação de uma candidatura própria de Lula, associada à defesa do programa da CUT. Assim teríamos um PT de lutas à frente das mobilizações, como alternativa à burguesia.

O projeto político do Diretório Nacional no entanto, não deixa claro o objetivo de derrubar a ditadura militar, abre o caminho para uma possível entrada do PT num futuro governo dos partidos burgueses, defende a

moratória (contra o programa da CUT que defende o não pagamento da dívida externa) e trata a greve geral como algo distante, sem compromisso com a greve geral marcada para abril pela CUT, e sem relação com a campanha pelas diretas. O ponto positivo do documento nacional é a defesa do lançamento pelo PT de um candidato próprio pelas diretas.

Os "113" contra a candidatura Lula

O documento dos "113" ataca justamente o ponto positivo do Projeto Político, julgando "premature" o lançamento de uma candidatura própria do PT. Com uma argumentação muito pouco convincente, chama a que se avalie "os riscos de uma possível vitória do PDS",... ou o "inevitável desgaste a que estarão expostos o PT e seu candidato face a uma derrota previsível". Entra-se aqui no mesmo terreno daqueles que defendiam a coligação com o PMDB para as eleições de 82. Ou seja, o apoio do PT a Montoro. Para se contrapor aos "113" basta imaginar hoje o que seria do PT se tivesse apoiado em 82 a Montoro: estaria no mesmo processo de desgaste evidente do governo estadual.

A discussão no interior do PT se dá de forma ainda confusa. Os "113" argumentam contra o "Projeto Político" que não é hora de discutir a questão do poder, porque hoje só se poderia ir ao poder em acordo com partidos burgueses. O "Projeto Político" por sua vez diz que sim, que é hora de se discutir o poder... e abre

as portas para acordos com partidos burgueses. A nossa posição é contrária às duas: **é hora sim de se discutir a questão do poder, e a proposta do PT deve ser um Governo dos Trabalhadores, sem patrões e seus partidos.** É hora de discutir a proposta de governo do PT porque a crise da ditadura se avoluma e é necessário fixar desde já a perspectiva do PT, mesmo que não seja para assumir o governo amanhã. É preciso apontar aos trabalhadores que não há alternativa de conciliar os seus interesses com os de qualquer patrão no governo. Por isto é hora de discutir o poder, à diferença do documento dos "113". E, à diferença do "Projeto Político" (é também dos "113", se o formulássemos), estamos por um **Governo dos Trabalhadores.**

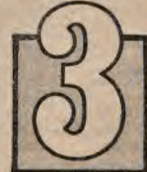
Tres definições necessárias

Os encontros Municipais de S. Paulo já se deram a 11-12 de janeiro. Os distritais da Capital se darão agora, a 18-19, enquanto o Estadual está marcado para 10-11 de março e o Nacional para o início de Abril.

Estes encontros a nosso ver deveriam apontar com certeza para tres pontos. O primeiro deve ser o engajamento claro do PT, dentro da campanha pelas diretas, pela defesa e preparação da greve geral pelas diretas para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira.

O segundo ponto é a definição pelo lançamento imediato da candidatura de Lula. Não há mais como esperar. A burguesia já tem seus candidatos, desde os indiretos — Maluf, Andreazza e Aureliano — aos diretos — Ulysses Guimarães e Montoro — além dos "diretos-indiretos" como Tancredo. Falta o candidato dos trabalhadores. Falta Lula. A candidatura Lula necessita de um programa. Propomos o programa da CUT, para nós o mais completo.

O terceiro ponto é a definição do PT por um Governo dos Trabalhadores, para terminar com os cantos de se-reia que buscam atrair o PT para a composição com futuros governos do PMDB ou PDT.



Todos os caminhos apontam para 11 de abril

Na semana passada, aproveitando-se da visita de Figueiredo à Bolívia, o ministro Leitão de Abreu apresentou uma proposta de negociação do governo para as oposições burguesas: diretas em 1990, ou, na melhor das hipóteses, em 1988. Para agora, ficaria mantido o Colégio Eleitoral.

Fica claro que entre as célebres declarações africanas de Figueiredo em fins de 83, que acenavam com a negociação em torno às diretas, e as declarações bolivianas de Leitão, muita água já correu sob a ponte.

Desde então, as bases mais sólidas de sustentação da ditadura (as cúpulas das Forças Armadas e do PDS) passaram a exercer uma pressão consideravelmente forte sobre o ditador contra qualquer negociação que implique em mudar, de alguma forma, a atual estrutura do regime militar.

A ação desses setores, aos quais pertence Figueiredo (é bom deixar claro), estiveram na raiz da sua renúncia à coordenação do processo sucessório, no início do ano. E são esses mesmos setores que, agora, determinaram o show montado pelo general presidente ao convocar, primeiramente o Conselho de Segurança Nacional e, logo após, os 4 "presidenciais" do PDS, Maluf, Andraezza, Aureliano e Maciel, com o objetivo claro de tentar disciplinar e enquadrar a campanha dos dois últimos, repleta de declarações "pró-diretas". É fato público que Aureliano e Maciel buscam vestir a camisa do consenso, colocando-se como uma alternativa às oposições burguesas no Colégio Eleitoral.

Essa reunião acabou por se constituir num espetáculo patético pela sua ineficácia. Ao sair dela, tanto Aureliano, quanto Maciel afirmaram que não irão mudar seu discurso em uma só vírgula, ficando tudo como dantes no quartel de abrantés.

Desse episódio, podemos concluir que, além do desgaste crescente da autoridade do ditador sobre setores de seu próprio governo e partido, o Planalto não acena, de momento, com nenhuma proposta de negociação aceitável pelas oposições burguesas. De fato, nem a proposta de diretas em 88, e muito menos em 90, podem resolver a crise política no interior da burguesia. Afinal, o próximo presidente, que iria garantir essas longínquas diretas, escolhido pelo Colégio Eleitoral com as suas cartas atuais, bem poderia ser Maluf ou Andraezza. E todos sabemos que nada pode ser menos consensual que estes nomes.

Sob dois fogos, o PMDB e o PDT são obrigados a ir adiante

Nesse quadro, os partidos burgueses de oposição estão imprensados entre a posição do governo e o avanço da campanha pelas diretas. A posição do governo tem sido irreduzível, até aqui, no que toca à negociação. As oposições patronais se envolveram na campanha pró diretas visando pressionar para negociar. Figueiredo, ao não abrir pontos para o diálogo, na verdade tira do PMDB, PDT e PTB qualquer base concreta que lhes permita por um fim ao processo que deflagram.

Por outro lado, a mobilização de massas pelas diretas, se choca com o imobilismo dos setores oportunistas mais abertamente conciliadores (principalmente os governos estaduais). De

mil formas (através dos comitês pró diretas, dos jornais e revistas da grande imprensa engajados na campanha, etc.) existe uma pressão pela continuidade da mobilização. Os choques que ocorreram nos comitês paulista e carioca pró diretas com representantes dos governos Montoro e Brizola, refletem esse processo.

O resultado é que tanto Brizola, como Tancredo ou Montoro, estão sendo obrigados a contragosto a se associar às mobilizações. No Rio, apesar dos golpes desferidos por Brizola contra a passeata marcada para o dia 16 (ver matéria nesta página), está definido um grande ato para 21 de março. O ato de Minas será a 24 de fevereiro. Em São Paulo, ocorrerão atos em todas as cidades do interior a 25 de fevereiro e, provavelmente, será marcado um novo grande ato para abril, que poderá reunir de 700 mil a 1 milhão de pessoas.

A 11 de abril, Greve Geral pelas diretas

Todo esse caudal de atos converge para o dia 11 de abril. Essa data representa um marco para todos os protagonistas do processo.

Para a ditadura representa a possibilidade de vergar as oposições burguesas sob o peso de uma eventual derrota da emenda Dante de Oliveira, obrigando-as a aceitar as regras do jogo ou os termos de negociação propostos por Leitão.

Para as oposições burguesas, ao contrário, representa a única possibilidade, até aqui, da obtenção de um triunfo palpável para forçar a abertura de negociações sérias. Este triunfo seria a aprovação da emenda das diretas.

E para os trabalhadores, essa data representa a possibilidade de, fora do Congresso, nas ruas e fábricas de todo o país, dar um salto de qualidade na luta contra o regime. Essa possibilidade está colocada na concretização da proposta de Greve Geral a 11 de abril.

A luta pelas diretas não tem para os trabalhadores o conteúdo da negociação cordial com a ditadura, a que aspira a oposição patronal. Ao contrário, essa luta é parte do processo de derrubada dessa ditadura, já que é a fome por ela provocada que nos leva às ruas para exigir o fim de Figueiredo e Delfim. Logo, os trabalhadores necessitam incorporar seus próprios métodos de luta a essa campanha, aprofundando o seu caráter anti-ditatorial. E desses métodos, o mais poderoso é a Greve Geral.

A cada dia fica mais claro que a disposição de luta dos trabalhadores, a disposição de tomarem em suas mãos os meios mais radicais para enfrentarem aqueles que os lançam na miséria, torna possível a Greve Geral. Em São Paulo, na zona sul da capital, uma greve preventiva, com ocupação de fábrica, na MWM, contra uma onda de demissões que poderá acontecer em julho (ver matéria na página 6), se constitui num exemplo vivo do que afirmamos. Pois é essa mesma consciência e combatividade dos companheiros da MWM, transformadas em símbolos daquelas que animam as massas trabalhadoras de norte a sul do país, que colocam para a CUT e para o PT a responsabilidade de assumir essa proposta e de se colocar na vanguarda deste processo, apontando a saída operária para a crise.

A GREVE GERAL PELAS DIRETAS É CADA VEZ MAIS NECESSÁRIA

Escreve José Maria de Almeida

Poucas vezes o país viveu momentos tão decisivos. A ditadura sofre a crise mais séria de sua existência. A campanha pelas diretas cresce e começa a encerrar o governo. Pode-se perceber no ar um certo sentimento angustiante de expectativa. Mas todas as esperanças podem se frustrar, se a campanha esmorecer agora. Se a oposição burguesa (PMDB, PDT) fraqueja, vacila, quer negociar com o governo, é hora dos trabalhadores assumirem a vanguarda da campanha. A CUT e o PT estão chamados a virem para o primeiro plano da campanha, convocando a Greve Geral para o dia da votação da emenda pró-diretas, em 11 de abril (ou qualquer outra data em abril).

Esta é a primeira vez, desde 64, que se pode fazer uma unidade de ação tão ampla, mesmo com setores burgueses como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, etc. Em todas as outras grandes mobilizações (operárias, estudantis, populares) os partidos dos patrões estavam ausentes, a não ser com um ou outro elemento, em caráter pessoal. Hoje a divisão burguesa é tão grande que se engajam setores que antes se contentavam em discutir em seus gabinetes com o governo. Hoje o PMDB e o PDT participam e promovem atos públicos pelas diretas. Mas a tentação do gabinete é forte. Um setor da oposição já quer parar com as mobilizações para negociar com o governo. E hora de mostrar na prática o grande peso do proletariado brasileiro, que já deu mostras de sua combatividade no ensaio de Greve Geral de 21 de julho passado.

A CUT e o PT até agora têm ido a reboque da oposição burguesa na campanha pelas diretas. O certo marasmo que envolve a CUT hoje se explica justamente pela falta de uma política clara, que dê uma perspectiva para o movimento, a partir dos interesses e dos métodos de luta dos trabalhadores. E essa política para nós deve ser a Greve Geral no dia da votação da emenda pelas diretas.

No interior da CUT, há aqueles que estão contra a Greve Geral argumentando que a desorganização atual impede sua convocação. Mas, se a direção não aplicar uma política clara, se não organizou

A Greve Geral na ordem do dia

A proposta de greve geral no dia da votação da emenda pelas diretas, em abril, está colocada. O CONEG da UNE, o funcionalismo público de São Paulo, a CUT de Goiás, já assumiram essa bandeira. Outros, temos certeza, o farão. Mas acima de tudo, é necessário que a CUT e o PT o façam.

Abaixo reproduzimos os depoimentos de Jacó Bittar, membro da Executiva Nacional da CUT; de Silvano Baia, diretor da UEE de São Paulo; de Fausto Pinheiro, presidente da UPES, e Karin, diretora da

UPES e membro do Comitê pró-diretas da zona sul de São Paulo, sobre a proposta de greve geral pelas diretas em abril.

Todos são depoimentos absolutamente justos, ao nosso ver, sendo que o de Jacó Bittar se destaca em importância por partir de um membro da máxima direção da CUT, entidade decisiva para a materialização dessa proposta.

Alicerce tem perfeita identidade política com as respostas desses companheiros.

Jacó Bittar - membro da Executiva Nacional da CUT e da direção nacional do PT.

ALICERCE — Qual é sua avaliação sobre a questão da greve geral de abril e a campanha das diretas?

Jacó — Antes de mais nada, eu queria dizer que, no que toca aos trabalhadores, existem condições hoje para se chegar à greve geral em abril. Os ataques aos trabalhadores são enormes. Vivemos o maior arrocho salarial de todos os anos da ditadura, um desemprego monstruoso, uma inflação de 200% e o acordo com o FMI, que ainda não se contentou com o arrocho salarial atual. O que é necessário é uma voz de comando, o que falta é as direções sindicais se conscientizarem de que chegou a hora de impedir que a crise seja jogada sobre as costas dos trabalhadores. A CUT tem obrigação de estar inte-



para a Greve, como queria que hoje houvesse organização? Espontaneamente? Outros argumentam que a CUT não tem força para marcar a Greve Geral, e que é necessário fazer acordos com a CONCLAT. Estamos de acordo em que é necessário buscar uma frente única com a CONCLAT. Mas uma frente única para a ação, e não para se apoiar na CONCLAT para justificar a inação, a suspensão da Greve. Devemos propô-la à direção da CONCLAT e ir trabalhar nas suas bases, para pressionar pela sua realização.

Para nós, a política de Greve Geral pelas diretas no dia da votação da emenda pode apresentar uma alternativa para o conjunto da campanha das diretas. Dá seqüência aos grandes atos de rua com uma Greve Geral pelas diretas. Ao final do dia, se faria uma avaliação da Greve e de suas perspectivas pelas direções da CUT e da CONCLAT. Junto com a reivindicação das diretas, devemos levantar duas palavras de ordem também centrais para os trabalhadores: o aumento salarial de emergência (ou outra a ser definida contra a fome), e o fim do regime militar (Fora Figueiredo e Delfim).

Mas, o fundamental é ter uma política clara que aponte para a Greve Geral pelas diretas no dia da votação da emenda. Para isso devemos formar desde já comitês pelas diretas em todas as empresas e escolas. Nos irmanamos a Jacó Bittar quando ele chama a CUT a tomar uma posição que esteja de acordo com os rumos do CONCLAT de 83, para a Greve Geral. Chamamos a direção nacional da CUT, em sua reunião de agora, a 18 e 19 de fevereiro, a todos os sindicatos e organismos dos estudantes e trabalhadores do país a se associarem à luta pela Greve Geral pelas diretas. Nesse sentido, saudamos o exemplo dado pelo Coneg da UNE, que aponta para essa perspectiva.

A campanha cresce e responde ao imobilismo dos governos de oposição

A indifereçável resistência de setores da oposição burguesa em continuar a mobilização pelas diretas, no caso, os governos estaduais de Montoro, Tancredo e Brizola, começa a sofrer os seus golpes. Pois a pressão do movimento de massas e a dinâmica da campanha, se impõem, fazendo-a avançar.

Em São Paulo, o comitê pró-diretas, que na sua última reunião nada decidiu, já cogita a realização de um novo comício, desta vez no Anhangabaú, no dia 2 de abril. Este comício terá uma importância decisiva para a campanha. Poderá reunir de 700 mil a 1 milhão de pessoas, na capital que, com o ato da Pça. da Sé, demonstrou ser a vanguarda da mobilização. Ainda em São Paulo, teremos a realização de atos em todas as cidades do interior do Estado, no dia 25 de fevereiro.

No Rio de Janeiro, o governo de Brizola tentou de forma desesperada, frear a campanha desde o seu início. Porém, não conseguiu e acabou assumindo o ato marcado para o dia 21 de março. Mas em troca, golpeou a passeata do dia 16 deste mês. Na última reunião da executiva do comitê carioca pelas diretas, o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, homem de confiança de Brizola, afirmou categoricamente que o governo do Estado não assumiria a passeata, não colocaria nenhum dispositivo estatal, rádio, TV, etc, na convocação da passeata, e chegou a desafiar ao resto do comitê a fazer a passeata sozinho, para ver quantas pessoas levariam...

Quando fechávamos esta edição, a passeata do dia 16 estava ameaçada, graças a esta política do governo do Rio. É bom lembrar, que as vacilações do Sr. Brizola não estão impedindo a realização de várias manifestações locais, tanto no centro da cidade, como nos bairros ope-

rários. Em Minas Gerais, Tancredo Neves deu outra demonstração de resistência à campanha. O ato marcado para 24/02 em Belo Horizonte, só começou a ser convocado por jornais, "outdoors" e rádios, dez dias antes da sua realização. Tancredo omitiu-se até onde pôde e chegou a declarar que o governo não se envolveria com a preparação do ato. O que obriga o governador de Minas a participar do ato, é o simples fato da presença quase certa de mais de 100 mil pessoas no comício, o que lhe causaria alguns graves inconvenientes, se fosse até o final com o seu boicote.

Quanto ao resto do país, estão marcados atos de grande porte, em Manaus, no dia 18/02, Florianópolis, 29/02, Goiás, 24/02 e Porto Alegre, no dia 31 de março, sem falar na enorme quantidade de atos marcados em centenas de cidades do país até abril. Quando fechávamos esta edição, estávamos na véspera do ato de Belém do Pará.

Na semana passada, foram realizados comícios em Teresina, no Piauí e em São Luís do Maranhão, que contaram respectivamente com 25 e 15 mil pessoas, comprovando apenas, a ascensão da campanha nacional.

Este rico processo, mostra que a dinâmica desta campanha, aponta para a centralização nacional das mobilizações pelas diretas, apesar dos boicotes e hesitações. Nesse sentido, gostaríamos de saber onde foi parar o *Dia Nacional de Lutas*, proposto por Fernando Henrique Cardoso para 2 de abril, já que ninguém está falando mais nisso. A realização de concentrações monstros em todo país no dia 2, seria uma formidável alavanca para a Greve Geral no dia da votação da emenda.

Silvano Baia - diretor da UEE-SP



É inegável que a luta por eleições diretas, tornou-se a principal reivindicação política dos trabalhadores e do povo brasileiro. Nesta luta é fundamental que todos os setores dispostos a lutar pelas diretas, estejam em unidade de ação, para fortalecer e aprofundar a mobilização.

Porém é preciso ficar claro que os objetivos dos setores burgueses envolvidos na mobilização são distintos dos interesses dos trabalhadores. As oposições burguesas pressionam para negociar com a ditadura. Os trabalhadores e os estudantes querem o fim da ditadura. Por isso, é necessário que os trabalhadores preservem sua independência política e, incorporem seus métodos de combate à luta. A greve geral é sem dúvida o mais poderoso método de combate à disposição dos trabalhadores

nesses momentos. Ela é necessária e decisiva porque, por aí, podemos realmente arrancar as diretas. Pela negociação, não. Essa proposta pode ser hoje concretizada no dia da votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso, em abril.

Até aqui, as férias escolares têm impedido a integração plena do ME nesta luta. O ME, é bom lembrar, tem uma larga tradição de participação nas lutas democráticas. O CONEG da UNE, nesse sentido refletiu essa efervescência política contra a ditadura ao aprovar um dia de paralisação nacional para 11/04, e um plano de lutas pelas diretas para prepará-lo. Com isso o ME se recoloca na frente de combate, e o que é mais importante, na perspectiva da greve geral, na perspectiva dos trabalhadores.

A maioria da diretoria da UEE-SP se lançará a impulsionar em S. Paulo o plano de lutas e a greve geral para o dia 11, aprovados pelo CONEG.

Fausto Pinheiro - Presidente da UPES



Para que de fato conquistemos as eleições livres e diretas é necessário que a luta, não só seja uma forma de pressão parlamentar, mas que avance para a mobilização do conjunto dos trabalhadores e estudantes brasileiros.

Hoje é mais que importante a marcação da greve geral para o dia da votação da emenda pró-diretas, pois só com as máquinas, os Estados de todo o país parados, com o povo nas ruas, será possível conquistarmos as eleições livres e diretas, com o fim da ditadura militar. Di-

versos países do Cone Sul já deram o exemplo, utilizando a greve geral como forma de luta. Foi isso que se deu na Bolívia, onde os trabalhadores derrubaram a ditadura militar através da Greve Geral.

Os secundaristas, que desde o começo da campanha estão engajados na luta, agora que retomam as aulas se jogarão para criar comitês pró-diretas em todas as escolas. Esses comitês terão a tarefa de preparar plebiscitos em cada escola e a sua mobilização para as atividades que os comitês regionais e central tirarem. Além de prepará-las, os comitês secundaristas dirigirão a greve geral nas escolas, se esta for aprovada.

Nesse sentido a UPES marcou plebiscitos, de 19 a 23 de março em todas as escolas do Estado.

Karin - diretora da UPES e membro do Comitê Pró Diretas da Zona Sul de São Paulo

Em nome da UPES, apresentei a proposta de Greve Geral pelas diretas no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, na reunião do Comitê Pró Diretas da Zona Sul de São Paulo.

A necessidade de se combinar a luta pelas diretas à Greve Geral se torna cada vez mais clara para os trabalhadores, estudantes e ativistas de todos os setores populares. Os exemplos das greves gerais da Argen-

tina e da Bolívia calam fundo na vanguarda desses setores, que vêm nesse meio de luta a única forma de se conseguir as diretas e de acabar com a ditadura.

Essa proposta foi aprovada, sob aplausos, por consenso pelas 40 pessoas e por todas as entidades presentes à reunião e deverá ser encaminhada para a próxima reunião do Comitê Paulista Pró Diretas.



Na linha
de combate
Oposições
Sindicais

Alicerce — Na plenária do PT de Osasco, ocorrida neste último fim de semana, a notícia da vitória da chapa 2 foi recebida com alegria. Após o informe, em meio aos aplausos, um ativista do PT gritou: "E agora Jair?". Qual foi, na realidade, a postura de Jair Meneghelli e da Direção Nacional da CUT no processo eleitoral de São José?

Toninho — A direção da CUT deu apoio total à chapa 1. Jair, inclusive, mandou uma carta em apoio ao Ari Russo com sua assinatura e com o timbre da CUT. Isto causou indignação entre os ativistas porque, na verdade, quem construiu a CUT em São José era a gente. Mas enquanto o Lula apoiava a chapa 1, o Lula soltou uma carta em que chamava os trabalhadores a votarem na chapa 2. Isto causou uma grande repercussão, pois o Lula tem grande representatividade na base. No fim das contas, pouco pesou o apoio dado pelo Jair à chapa 1.

Alicerce — A chapa 2 apresentou à categoria um programa político que inclui a reivindicação de eleições diretas para presidente e Fora Figueiredo e Delfim. Pode-se dizer que a apresentação desse programa contribuiu para a vitória da oposição? A que mais se deve, na sua opinião, essa vitória?

Toninho — Quando a chapa 2 incluiu essa reivindicação de eleições diretas para presidente da República, foi muito interessante porque o sentimento do pessoal é não só de tirar os pelegos dos sindicatos, mas de acabar também com a ditadura militar e com esse governo que está aí.



Valéria Coelho da Paz

MWM dá o exemplo

A MWM parou! A fábrica está ocupada! Com estas chamadas, a oposição metalúrgica do sindicato de São Paulo, chama, em panfletos, o apoio da categoria aos trabalhadores da MWM. A greve e a ocupação, organizadas e dirigidas pela comissão de fábrica, procuram obrigar os patrões a negociar em torno das reivindicações de 20% de antecipação salarial e 1 ano de estabilidade no emprego. A mobilização foi deflagrada para impedir que o facão caia sobre a cabeça dos trabalhadores da MWM, quando as encomendas da fábrica estiverem esgotadas, em julho. Diante da greve, a contra proposta dos patrões foi de 15% de antecipação e estabilidade por 5 meses, ou seja, estabilidade até julho!! Mas os operários não são trouxas e deram a resposta, mantendo a paralisação e a ocupação.

A ocupação de fábrica demonstra o ânimo de luta dos companheiros, que só sairão de lá se os patrões aceitarem suas reivindicações. Entre essas está a garantia da manutenção da comissão de fábrica na defesa dos interesses dos trabalhadores, dentro da empresa. Esta atitude dos companheiros da MWM deve servir de exemplo aos demais trabalhadores na luta contra a fome e o desemprego. Por isso, para se chegar à vitória é necessário a solidariedade, tanto material, engrossando o fundo de greve e enviando alimentos, como política, com a realização de comícios na porta da fábrica que deverão contar com a presença do PT, da CUT, dos demais partidos de oposição de lideranças sindicais e outras personalidades.

Em São José dos Campos

Um programa político conquista os trabalhadores

A importante vitória da chapa 2 dos metalúrgicos de São José, mostra com clareza que as oposições sindicais têm hoje um papel maior que o de derrubar os pelegos dos seus sindicatos. A chapa 2 mostrou que cabe às oposições sindicais a tarefa de dirigir politicamente a classe trabalhadora na luta pelas eleições diretas, na organização da greve geral e na construção da CUT. Este é o sentimento da classe trabalhadora do país. Não só a vitória de São José confirma esse fato. A greve da MWM demonstra que os trabalhadores estão cansados de serem espoliados e querem lutar contra os patrões e a ditadura militar. É neste caminho que se encontra a chapa de oposição dos químicos de Campinas, que, aliando um programa político à mobilização da categoria, procura levar a classe trabalhadora rumo à sua emancipação. Por isso destacamos nesta página a entrevista com Toninho, membro da nova diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São José que poderá confirmar qual é o sentimento dos trabalhadores e quais as suas expectativas.



Eduardo Guerreiro

que só traz opressão e miséria. Quando mostrávamos o estandarte com as inscrições de Fora Figueiredo e Delfim, alguns trabalhadores diziam que iriam votar na gente, porque tínhamos a coragem de colocar o nome deste homens no estandarte, exigindo a sua saída. O eixo de eleições diretas também refletia o sentimento dos trabalhadores. Nós participávamos das manifestações pelas diretas, bem como das eleições simuladas nas portas das fábricas, nas praças e o pessoal se referia à gente como o pessoal das diretas. Outro fator que contribuiu para a vitória foi o forte sentimento oposicionista entre os trabalhadores. Oposição à influência do patronato no sindicato, contra o PMDB (o Ari é do PMDB), um sentimento de realmente acabar com a ditadura militar, acabar com esse sistema que está aí. Foi por termos captado esse sentimento e o termos expressado em nossa carta-programa que obtivemos a vitória.

Alicerce — Qual o recado que você deixa para as oposições sindicais que se preparam para enfrentar nas urnas os pelegos de seus sindicatos, em todo o país?

Toninho — As respostas anteriores já indicam o caminho. Um companheiro me disse: "Precisamos mudar em baixo e mudar em cima também". Quer dizer, devemos ter um programa político que atenda às necessidades dos trabalhadores. E este programa deve estar alicerçado em um trabalho junto à classe. Este trabalho se expressou também durante a campanha eleitoral. Quando a chapa se inscreveu, alguns ativistas nos procuraram para intervir em mobilizações que estavam ocorrendo em suas fábricas. Assim acabamos dirigindo 3 greves durante a campanha eleitoral e conseguimos vitórias nas três, impedindo demissões e reajustes em base ao 2045. Este é o recado.

Alicerce — Ari Russo caiu. Com isso o PMDB perdeu mais um sindicato e a categoria rechaçou os métodos de intimidações, de agressões, de falta de democracia no sindicato. Fale-nos sobre a trajetória de Ari e o papel que jogou nestas eleições.

Pará

Comerciários com a oposição

Nos dias 23 e 24/02 os comerciários de Belém, estado do Pará, através das eleições do seu sindicato, farão repicar os seus tamborins para que o pelego dance. O programa da chapa de oposição ao pelego (que está há 20 anos no sindicato e é o seu presidente há 9 anos) vem mostrar que os trabalhadores do Norte do país também lutam por eleições diretas já, e entendem a CUT como a verdadeira central única dos trabalhadores. A combatividade do programa ganhou a simpatia dos comerciários que passam a apoiar a chapa. Isto já provocou a irritação do pelego que, demonstrando o seu desespero, começou a agredir fisicamente os integrantes e apoiadores da chapa de oposição.

Julgamento de Jair Meneghelli

Mais uma derrota da ditadura!

Com a presença de vários sindicalistas, parlamentares do PT e membros da direção nacional da CUT, foi realizado no dia 15/02 o julgamento de Jair Meneghelli, coordenador da CUT, e de Vicentinho, da CUT do ABC. O motivo do julgamento foi a acusação de que Jair e Vicentinho teriam ofendido a Figueiredo, sem levar em conta de que deveria ser o ditador a estar sentado no banco dos réus pela miséria e fome que joga sobre os trabalhadores. Apesar da inversão dos papéis o resultado do julgamento foi favorável a Jair e a Vicentinho, por prescrição de prazo. Saudamos, portanto, mais uma vitória dos trabalhadores na sua luta contra a ditadura.

Toninho — O Ari surgiu para a categoria nas mobilizações de 79, quando faziam a parte do comando de greve. Na época ele era presidente da juventude do PMDB, que apostou tudo nele para as eleições sindicais. Mas já naquela mobilização mostrava o que era, pois negociava, à parte da categoria, com a diretoria da fábrica em que trabalhava. Por isso, na época saímos, para as eleições sindicais, em chapas diferentes.

Após as eleições ele ainda organizou algumas greves, mas foi só. Depois disso, passou a trair a categoria, burocratizando o sindicato, fazendo acordos secretos com os patrões e não organizando os trabalhadores nas campanhas salariais. A última omissão foi em relação à greve geral, que foi suspensa, do dia 25/10, chamada pela CUT, pois até a sua suspensão ele não tinha organizado absolutamente nada. A dinâmica dele era a de ir cada vez mais à direita. A prova disso foi dada na campanha, quando ele agrediu fisicamente companheiros nossos. Membros da chapa 1 telefonaram ameaçando de morte a outros companheiros. O importante foi a resposta dos trabalhadores a estas atitudes. Na porta da Embraer, já nas eleições, os operários, ao saírem do restaurante, davam lanches para a gente que estava na porta da fábrica, mas não levaram nada para os membros da outra chapa, que também estavam lá.

Na porta da GM, foi a mesma coisa. Por ser uma fábrica enorme, que nunca teve mobilização, era um negócio de louco. Os trabalhadores pegavam o nosso boletim e o colocavam na janela do ônibus. Saíam com cartazes nossos e, às vezes, se a gente fazia uma passeata no pátio, os ônibus passavam por nós e era uma manifestação de apoio à chapa, de grito, de aplausos. Pois é, essa foi a resposta dos trabalhadores.

Alicerce — E agora, após a vitória, o que fazer? Quais serão os primeiros passos da nova diretoria?

Toninho — Em uma das fábricas em que ganhamos a eleição um dos operários, após votar disse: "Vamos colocar vocês lá, se não fizerem nada vamos tirar vocês daqui há algum tempo". Quer dizer, fomos votados em cima de um programa. Nós temos agora que levar esse programa em frente. É organizar a campanha salarial, preparar a greve geral, ponto que foi muito cobrado pelos trabalhadores. Devemos engajar o sindicato como um todo junto com os trabalhadores na luta por eleições livres e diretas. O que faremos de agora em diante é cumprir o nosso programa.

Campinas

Chapa 2 contra o imobilismo

Com o lançamento, no próximo dia 18/02, da chapa 2 de oposição, os operários químicos de Campinas procurarão, nas eleições do sindicato, furar o cerco imposto pelo imobilismo da atual diretoria. É assim que após 20 anos surge uma chapa de oposição.

Uma chapa que traz no seu programa o sentimento de luta dos trabalhadores e que defende eleições diretas, já! Fora Figueiredo e Delfim, bem como apóia a CUT e a Greve Geral em abril. Com este programa a chapa de oposição tenta reverter o trabalho da atual diretoria que, bem instalada nas cadeiras do sindicato, não mobilizou e organizou a categoria em sua defesa. Uma diretoria que manteve as campanhas salariais esvaziadas, permitindo a rapina dos patrões. Uma diretoria que, corando a sua trajetória, participou, no final do ano passado, do CONCLAT pelego da Praia Grande, o adotando a sua política anti-operária.

Para romper com esta situação, a chapa 2 já se lançou a esclarecer e mobilizar os trabalhadores, através de duas panfletagens. As inúmeras manifestações de apoio dadas pelos operários à chapa, durante as panfletagens, dão a certeza que o espírito de luta e o programa da chapa vêm ao encontro do anseio dos trabalhadores.

O CONEG da UNE aprovou a GREVE GERAL pelas diretas!

O Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais), realizado no Rio de Janeiro, nos dias 12 e 13, foi um dos maiores da história da UNE reconstruída. Das 88 entidades gerais universitárias, 77 estavam presentes em seu início. O ponto alto do Coneg esteve nas resoluções votadas, onde a discussão das eleições diretas ocupou o primeiro plano, refletindo a disposição dos universitários de estarem na linha de frente da mobilização.

Quando começou a discussão da situação nacional no Coneg, já era possível perceber que este encontro refletiria o processo de lutas que os trabalhadores e o povo travam contra a ditadura. Em primeiro lugar, é necessário destacar, que entre as forças presentes, dois blocos tinham um peso político real. Um formado pela diretoria da UNE (Viração e Caminhando) e as correntes que os apoiavam (os prestistas, por exemplo). E o outro, formado por Alicerce e os companheiros de Centelha, apoiadores do jornal *Em Tempo*.

Neste encontro, a diretoria da UNE teve uma postura diferente. Abandonou sua política abertamente conciliadora e deu uma "guinada à esquerda". Isso se explica pelo conjunto da situação nacional, onde os trabalhadores e a população se mobilizam pela conquista das diretas para presidente, colocando em xeque a existência da ditadura. Nesse quadro, Viração (maioria na diretoria da UNE), vinculada ao PMDB, está sendo golpeada por este partido burguês que quer de todas as formas controlar a mobilização pelas diretas. A guinada conjuntural da diretoria representa, pois, a única forma de garantir seu espaço próprio diante dos golpes do PMDB e da radicalização do movimento. Mas isso não deixa de ser progressivo para o movimento, como ficou demonstrado na discussão nacional.

Um plano de lutas rumo à Greve Geral

A primeira prova desse avanço, foi o manifesto apresentado pela diretoria da UNE, enfocando a luta por eleições diretas como principal questão política nacional, e colocando-a numa perspectiva de mobilização para conquistá-la. Este manifesto peca, é bem verdade por não colocar claramente a independência dos trabalhadores na luta em relação aos partidos burgueses, deixando aberta a porta para a subordinação do movimento aos partidos burgueses de oposição. Para clarificar esta questão Alicerce e Centelha apresentaram um outro texto onde a independência dos trabalhadores estava inequívoca. Ao final, acabou sendo aprovado o original da diretoria da UNE.

Várias atividades que concretizam a mobilização do movimento universitário pelas diretas, foram aprovadas. Para começar, um plebiscito em todas as universidades e faculdades do país, nos dias 25, 26 e 27 de março, com cédulas e atas padronizadas. No dia 28, aniversário da morte do secundarista Edson Luis, assassinado pela ditadura em 68, ficou decidido a realização de um Dia Nacional de Lutas, que terá, como um de seus eixos os desaparecidos sob o regime militar.

Finalmente, como principal atividade, foi aprovada a Greve Geral dos universitários, no dia 11 de abril (votação da emenda pelas diretas).

Sem dúvida, estas atividades colocam a UNE e o M na via da mobilização pela conquista das diretas, reforçando o principal método de luta da classe operária, a Greve Geral. Apesar, é bom lembrar, das contradições que envolvem a diretoria da UNE.

No terreno das lutas educacionais...

A disposição de luta também esteve presente. A Secretaria de Planejamento da ditadura (SEPLAN)

cortou 12% do orçamento da educação. Esse corte vai determinar o corte do subsídio às refeições, o que implicará em aumentos absurdos do bandeirão. Não se sabe se o corte ao subsídio das refeições será escalonado ou total. Os companheiros do DCE de Ouro Preto, fizeram um cálculo baseando-se na UFRJ, que deixa claro que se o corte for total, os preços saltarão, na UFRJ, de Cr\$ 80,00 para Cr\$ 1.000,00, ou seja, Cr\$ 60.000,00 por mês! Este pode ser o passo mais ousado da ditadura na implantação do ensino pago no país. A resposta do Coneg foi, congelamento nos preços dos restaurantes universitários e impulsionar a resistência.

Quanto ao aumento de 59,2% decretado pelo MEC para as mensalidades das escolas pagas, o Coneg aprovou uma genérica resolução contra os aumentos, sem definir que os estudantes não devem aceitar nenhum aumento e exigir o congelamento das anuidades, proposta que foi defendida por Alicerce e Centelha.

Liberdade e Luta e 113 Uma retirada vergonhosa

O ponto negativo do CONEG ficou por conta de *Liberdade e Luta* e dos petistas ligados à *articulação dos 113*, que se retiraram do encontro por questões mesquinhas, como, por exemplo, o valor da taxa de credenciamento das entidades e a representação da UEE-SP.

Esses companheiros não foram a uma reunião da diretoria da UEE antes do CONEG e apareceram no Conselho para exigir o crachá de voto da entidade em suas mãos (isto quando a UEE já estava credenciada). Sistemáticamente, recusaram todas as propostas de solução do impasse que artificialmente criaram, levando sua irresponsabilidade política ao absurdo de se retirarem do encontro quando a maioria da diretoria da UEE decidiu, sob aplausos, que a entidade iria se abster do voto.

Mesmo depois da melancólica retirada, esse setor voltou ao plenário, não para rever sua estúpida posição, mas para ameaçar com agressões integrantes da diretoria da UNE.

Desespero inútil. Nada irá ocultar o fato que *Liberdade e Luta* e os 113 se retiraram do CONEG que marcou a Greve Geral pelas diretas nas universidades do país.

Diretas livres e já! Alicerce presente!

A luta pelas diretas cresce em todo o país. Multiplicam-se os atos e plebiscitos, as simuladas, as panfletagens. Os socialistas são parte desta luta, organizando comitês, procurando integrar as fábricas e os bairros operários na campanha. Nossa atividade é em primeiro lugar de unidade de ação com todos os que querem mobilizar pelas diretas, mas também realizamos nossas iniciativas, que estão retratadas nesta página. Na semana que vem, daremos informes do surgimento de comitês pelas diretas e da campanha no movimento secundarista. Companheiros das sedes de Alicerce, escrevam dando-nos informes.

RIO DE JANEIRO

Alicerce saiu com tudo nesta semana para a organização de comícios e eleições simuladas no Rio de Janeiro.

Na fábrica Remington, os companheiros promoveram uma simulada onde votaram 218 trabalhadores (217 pelas diretas!). Nessa simulada, a votação de Lula foi digna de nota: 41 votos, quase 20%, o que mostra a repercussão de uma candidatura operária entre os próprios trabalhadores. O resultado final foi o seguinte:

Brizola	— 83
Aureliano	— 41
Lula	— 41
Ulysses	— 20
Branco	— 30
Nulos	— 1

tou com uma boa participação, 354 pessoas, sendo que 334 votaram **sim**, pelas diretas (houveram 6 não e 14 brancos e nulos). O destaque aí também foi a votação de Lula, terceiro entre os candidatos, com 63 votos. O resultado geral foi:

Brizola	— 100
Aureliano	— 73
Lula	— 63
Ulysses	— 24
Beltrão	— 6
Outros	— 13
Branco	— 52
Nulos	— 3

SANTO ANDRÉ

Na sexta feira, dia 10, durante todo o dia, companheiros do Alicerce promoveram um plebiscito na porta da COFAP, a maior fábrica da região, com cerca de 5 mil trabalhadores. Votaram 817 trabalhadores, 797 a favor das diretas e 11 pelas indiretas (5 nulos e

4 em branto). Os companheiros de Santo André irão anunciar o resultado do plebiscito com um grande cartaz na porta da fábrica nesta semana.

FORTALEZA

No ato do dia 28, Alicerce esteve presente. Com bandeiras e faixas, cerca de 40 companheiros se apresentaram em coluna, gritando as palavras de ordens socialistas, e saindo em passeata depois do ato.

SÃO CARLOS

Os companheiros da CUT — São Carlos, com a participação maciça de Alicerce, organizaram um plebiscito na SICOM, fábrica metalúrgica da cidade, com cerca de mil operários.

A participação dos trabalhadores foi muito alta (votaram 698), mostrando o anseio pelas diretas. Houveram 646 **sim** (92,5%), 41 não (5,8%), 7 votos em branco e 5 nulos.

Nesta semana, a CUT organizará plebiscitos em duas outras fábricas da região: Toalhas São Carlos e Pereira Lopes. Alicerce lá estará.

Recebemos ainda informes da intervenção de Alicerce nas manifestações pelas diretas de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Esses relatos serão publicados no próximo número do nosso jornal.



Outra simulada, realizada no Largo de São Francisco, no centro da cidade, também con-

Líbano As milícias muçulmanas expulsam os marines



Foi no dia 6 deste mês. As milícias muçulmanas xiitas avançaram sobre Beirute, apoiadas pelos drusos (também muçulmanos), que bombardeavam sem parar as posições do exército libanês e dos falangistas cristãos. Em questão de horas, Beirute Ocidental estava tomada pelas forças muçulmanas, o governo cristão maronita de Amin Gemayel na corda bamba, seu exército em frangalhos — um terço dos soldados passou para o outro lado — e o imperialismo ianque, atônito, sentindo o gosto de uma derrota inesperada, que o obrigou a retirar seus *marines* do território libanês.

Os combates foram os mais duros desde a guerra civil de 75-76. Decididamente, as massas muçulmanas — maioria esmagadora da população no Líbano — não estão dispostas a tolerar por mais tempo o odiado governo-fantochete de Gemayel, instrumentado pelo imperialismo norte-americano e pelo seu cão de guarda na região, o Estado de Israel.

A conseqüência desse ódio foi a espetacular ofensiva das massas muçulmanas, encabeçadas pelas milícias xiitas e drusas, que impuseram uma humilhante derrota militar ao imperialismo, forçando a retirada dos *marines* e do conjunto da "Força de Paz" (integrada também por ingleses, franceses e italianos). Os ianques foram literalmente jogados ao mar.

E foi do mar que partiu sua resposta. Dois dias depois, a Sexta Frota americana, ancorada junto à costa de Beirute, passou a bombardear covardemente a cidade, principalmente a região do Chuf, chegando a destruir toda uma aldeia muçulmana. Essa ação genocida — horas de bombardeio sobre alvos civis — refletiu o desespero dos imperialistas diante do fato de não poderem responder à ofensiva, a partir de suas antigas posições em terra. Aí estariam encurralados, ao lado do despedaçado exército libanês e correndo o risco de perder, um a um, os seus soldados.

Hoje, as vitórias do imperialismo logo se tornam derrotas

Com a retirada dos *marines*, restaria ao cão de guarda, Israel, assumir os combates em terra, avançando as tropas que estão ocupando o sul do Líbano. Porém, os sionistas hesitam. O preço a pagar é muito alto. Têm contra si uma forte resistência interna: toda a população de Israel sabe que, com a saída dos *marines*, serão os soldados que irão morrer na guerra. E em número elevado, pois é impossível sustentar Gemayel frente à aliança dos xiitas e drusos e ao ascenso das massas árabes, com o ânimo redobrado pela vitória alcançada.

A primeira lição que podemos extrair desse quadro atual é que nenhuma vitória momentânea da contra-ofensiva imperialista mundial chega a esmagar os processos revolucionários. Pelo contrário, essas vitórias parciais preparam derrotas fragorosas do imperialismo frente à ofensiva do movimento de massas. O Líbano de hoje é um bom exemplo: a invasão por Israel em 82, a expulsão dos combatentes palestinos, os massacres de Sabra e Chatila, a intervenção direta do imperialismo,

não liquidaram com a revolução das massas árabes. Como se vê, o bombeiro tentou apagar o fogo com querosene... O mesmo se dá em todo o mundo, nos processos revolucionários que se multiplicam, a começar pela América Central (Basta ver que o enorme esforço de guerra dos EUA não consegue evitar derrotas militares diante da guerrilha em El Salvador).

Os combates dos últimos dias comprovam também, mais uma vez, que é impossível qualquer "solução" para o Líbano, com base nos acordos entre facções que o imperialismo promove e tenta manter pela força.

Não existe uma "questão libanesa". O que existe é o ascenso revolucionário das massas árabes em todo o Oriente Médio artificialmente retalhado e marcado por dois problemas cruciais, os dois pólos da revolução e da contra-revolução mundial na região: o drama do povo palestino e a presença do estado sionista, braço armado do imperialismo. A obtenção da paz na região passa pela extinção do Estado de Israel e sua substituição por um estado palestino laico e democrático, pela derrubada das burguesias árabes, pela constituição da Federação de Repúblicas Socialistas do Oriente Médio.

O Líbano: um país artificial...

A própria história do Líbano é uma demonstração disso. Nos anos 40, ainda durante a II Guerra, a França e a Inglaterra reorganizaram seu domínio sobre o Oriente Médio, traçando fronteiras como lhes parecia melhor para controlar as massas muçulmanas. Assim surgiram, do lado inglês, a Jordânia e Israel (este como ponta-de-lança da nova potência hegemônica, os EUA) e, do lado francês, a Síria e o Líbano.

Por que dois países em vez de um só? Para garantir os interesses comerciais e financeiros da França, através da burguesia cristã maronita fiel à metrópole, que se concentrava na faixa costeira. Fazendo dessa estreita faixa um país "independente" — o Líbano — garantia-se uma relativa maioria cristã em relação aos principais grupos muçulmanos.

O "Pacto Nacional" firmado em 1943 repartia os cargos políticos entre os cristãos maronitas (com supremacia absoluta), os muçulmanos sunitas (aliados dos primeiros) e os muçulmanos xiitas. Não sobrava nenhuma representação para os drusos, nem para as outras onze comunidades existentes.

Esse esquema funcionou durante mais de trinta anos. A burguesia maronita prosperou, fazendo do Líbano um centro financeiro mundial. Mas esse paraíso do imperialismo não podia durar para sempre. Começou a desmoronar com a retomada do ascenso mundial a partir de 1968, corroendo a aparente estabilidade capitalista.

...em processo de desintegração.

O estopim foi a questão palestina. Após o massacre do *Setembro Negro* de 1973 na Jordânia, grande número de palestinos refugiou-se no Líbano. Sua presença criou uma verdadeira situação de duplo poder: no sul do país,

não governavam os funcionários libaneses, e sim a OLP.

Essa situação, mais os constantes ataques de Israel às bases palestinas, arrebataram com o artificial equilíbrio de poder. Logo estouraram os combates. De um lado as milícias falangistas, que pretendiam expulsar os palestinos e recuperar a estabilidade que garantia os negócios da burguesia maronita. Do outro, os palestinos defendendo suas conquistas e sua base territorial de luta contra o sionismo, e junto com eles as milícias muçulmanas, representantes dos setores mais oprimidos da população e dos grupos (como os drusos) que buscavam uma parcela de participação no poder.

Desde então, o Líbano esteve quase permanentemente mergulhado numa guerra civil, na qual a luta de classes aparece sob a máscara dos conflitos religiosos.

Foi para salvar o governo libanês que 30 mil soldados sírios ocuparam o norte do país em 75, sob o disfarce de "Força de Paz", derrotando militarmente os palestinos. A burguesia síria esperava ter um papel num novo acordo global com os EUA.

Só que um segundo gendarme não interessava ao "país" que só existe para ser o único guardião do imperialismo na região: Israel. A extrema direita israelense, representada por Begin, partiu para uma política diretamente agressiva contra os palestinos, invadindo o Líbano em 76. Para não ser deixada à margem, a Síria passou a jogar um duplo papel: serve-se da luta dos palestinos contra Israel e, ao mesmo tempo, ajuda a sustentar o governo libanês.

É claro que não dava pra segurar esse impasse por muito tempo. Begin tentou atacar o cerne da questão: acabar com o problema palestino, acabando com os próprios palestinos.

A invasão do Líbano por Israel, em 82, pareceu, no primeiro momento, uma vitória militar do sionismo. Mas essa vitória logo mostrou como eram frágeis suas bases. O Líbano literalmente explodiu.

Fora o imperialismo!

Nem o exército sionista ocupando todo o sul do país e ameaçando anexá-lo definitivamente, nem os soldados sírios fomentando a divisão dentro da OLP, nem as tropas das potências imperialistas camufladas em "Força de Paz", nem a mais poderosa esquadra do mundo entrando em combate pela primeira vez desde a guerra do Vietnã — nem tudo isso consegue sustentar o governo fantochete de Gemayel contra as massas enfurecidas.

Milhares de soldados abandonam as fileiras do exército libanês para juntar-se às milícias muçulmanas, que ultrapassam as hesitações dos dirigentes das várias facções, numa gigantesca insurreição popular.

Nenhum acordo burguês pode solucionar a crise do Oriente Médio. O imperialismo tenta agora rearticular sua posição, através da proposta de intervenção da ONU: um novo disfarce como o da "Força de Paz". Os socialistas só têm uma resposta: fora as tropas de ocupação de Israel! Fora os soldados do imperialismo, sob qualquer máscara!

Quem escolheu Tchernenko, o novo secretário-geral do Partido Comunista soviético, o "número um" da URSS? Quem indicou Andropov, o que acaba de morrer, e antes dele Brezhnev, Kruschev? O poder da burocracia soviética desde Stálin é o tema do próximo número de Alicerce.

O presidente Alfonsín quer entregar à Justiça Militar argentina os combatentes que se levantaram contra os militares assassinos em seu país. A ditadura brasileira colabora, entregando os líderes montoneros que se encontram no Brasil.

NÃO À PRISÃO E EXTRADIÇÃO DE MARIO FIRMENICH E FERNANDO NARVAJA!